

A LITERATURA DE VIAGENS INGLESA E PORTUGUESA: DE AUSÊNCIAS E VISIBILIDADES

JACINTA MARIA MATOS

Nós, portugueses, grandes navegadores e escuteiros de continentes, fomos sempre fracos conhecedores dos cantos da própria casa, dando-se o caso espantoso de havermos batido a Abissínia, o Tibé, o inferno, deixando intactos os recessos fragosos da Serra da Estrela e do Barroso.

Vitorino Nemésio, *Viagens ao Pé da Porta*

Decorre esta comunicação de um trabalho que fiz para um Projecto do Centro de Estudos Sociais, em que me foi proposto que analisasse as (re-)definições da identidade nacional em curso através do estudo de um sub-género da narrativa não-ficcional, a literatura de viagens, cujo tema fosse a viagem pelo próprio país.

Não sendo especialista de Literatura Portuguesa, mas enquanto leitora de jornais e frequentadora de livrarias, tinha a noção de que, com efeito, muito se estava a escrever sobre o país, e lembrava-me de ter visto e folheado inúmeras obras cujos títulos as anunciavam como retratos do Portugal contemporâneo. Aceitei, portanto, o desafio que me era proposto, consciente da minha ignorância da área, mas mal sabendo que pecava também por ingenuidade.

Explico porquê: vindo eu, em termos de formação académica, do mundo anglo-saxónico, onde a literatura de viagens em geral e a da escrita sobre o próprio país têm uma tradição e uma visibilidade inegáveis desde há longos séculos e que se mantêm até aos dias de hoje, pressupus que, perante as transformações recentes no nosso país, o género começasse também aqui, a adquirir alguma visibilidade.




Sendo a viagem, em tudo o que implica de mobilidade, um dos modelos conceptuais mais recorrentes para falar de trânsitos, transições, mudanças e alterações, ou seja, uma das formas mais universalmente utilizadas para configurarmos as nossas ficções do princípio e do fim, da partida e da chegada, do passado e do futuro, dando assim sentido ao ‘meio’ em que vivemos, a expectativa deste trabalho era a de que o género estivesse a ser utilizado para nos ajudar a refletir sobre uma época de tão bruscos termos e começos como é a nossa.

Se o Círculo de Leitores pede a Saramago que escreva sobre a sua *Viagem a Portugal*, se promove a publicação da colectânea *Um Olhar Português*, se tantos escritores, ensaístas e jornalistas publicam títulos com a palavra ‘Portugal’ em todas as suas derivações e variantes, se, enfim, tanto espaço se tem dedicado nos media a discutir o Portugal contemporâneo, seria de esperar que grande número de obras estivesse a ser publicado dando conta das impressões de viagem de tantos outros potenciais viajantes pelo país.

Mas a pesquisa bibliográfica que constituiu, naturalmente, o primeiro momento desse estudo, cedo veio a revelar um facto à primeira vista estranho: de entre as obras que se reclamam de reflectir sobre o país, poucas se podem considerar, estritamente falando, como fazendo parte do género da literatura de viagens, pelo menos tal como ele é entendido pelos especialistas, isto é, como a descrição de um percurso concreto, realizado por um/a viajante, normalmente solitário/a, que se baseia na observação empírica do real e cujo impulso é, directa ou indirectamente, a procura do estranho, do desconhecido ou do exótico.

Se assim entendermos a literatura de viagens, como assumindo uma viagem literal (e não simplesmente metafórica) e como tendo necessariamente de incluir um




olhar (antes de mais físico e não puramente reflexivo) sobre a realidade na sua existência material, imediatamente teremos de reduzir a muito poucas as obras portuguesas que cabem nesta definição genológica.ⁱ

Curiosamente, o que a pesquisa bibliográfica sobre o tema da identidade nacional também revela é o numeroso grupo de textos teóricos, mais ou menos recentes, que se debruçam sobre o problema do que é Portugal e de como são os portugueses. De Fernando Pessoa a Eduardo Lourenço, de António Quadros a Jorge Dias, de Joaquim Veríssimo Serrão a Boaventura de Sousa Santos, muitos são os críticos e especialistas de várias disciplinas que indagam da natureza e manifestações da identidade nacional. Claramente, não é uma qualquer desatenção ou desinteresses pelos problemas da auto-gnose que aqui está em causa, mas apenas a forma escolhida para o fazer.

Estatisticamente falando, portanto, a primeira conclusão a que cheguei é a de que o modelo utilizado para falarmos de nós **não é**, enfaticamente, o que releva da observação concreta da realidade contemporânea, privilegiando-se antes formas mais teóricas, abstractas, reflexivas ou discursivas de interrogação sobre o que somos e o onde estamos.

Fenómeno estranho para quem vem da análise da cultura e literatura inglesas, inglesa, que produziram e continuam a produzir um sem número de textos de narrativa de viagens em que um viajante (seja ele escritor, jornalista, cientista social ou mero curioso e amador) sai à rua, viaja pelos cantos conhecidos ou desconhecidos do país, observa as terras e as gentes, as cidades e os campos, as fábricas e as quintas, os bairros sociais e as mansões, re-descobrimo o país em toda a sua diversidade e relatando-nos essa viagem enquanto vivência e experiência individuais do mundo à sua volta.



Fenómeno estranho também quando se pensa que, na nossa cultura, nem o género da viagem pelo próprio país se encontra em profusão no presente, nem facilmente dele se encontram muitas manifestações no passado, mais uma vez contrariamente ao que se passa na literatura inglesa, em que existe uma longa tradição de textos da chamada escrita da ‘Condition of England’, ou seja, obras que, através da forma da viagem, se propõem examinar e discutir o ‘estado da nação’. Daniel Defoe e Dr. Johnson no séc.XVIII, William Cobbett, Mastermann e Mayhew no seguinte e, já no nosso, George Orwell e J.B.Priestley (para falar só dos mais famosos) construíram e foram desenvolvendo essa tradição de reflexão sobre uma Inglaterra que assim descreveram em momentos de transição e de mudança da sua estrutura económica e social.

Essa tradição da escrita sobre ‘the Condition of England’ foi, com efeito, frequentemente usada para falar de momentos em que existe uma sensação de alienação do sujeito em relação à sua própria cultura que o leva a ir investigar, empiricamente, a condição do país em que, de algum modo, esse sujeito já se não revê: no séc. XVIII foi claramente a passagem da Grã-Bretanha de país essencialmente agrário a potência comercial e marítima que determinou essa procura, bem como (mas não menos significativo) foi, à época, a agregação da Escócia e Irlanda ao reino inglês, criando-se assim a Grã-Bretanha enquanto nação. Mudança a vários níveis da realidade e com reflexos concretos na textura da vida individual e colectiva, que levou, compreensivelmente, à necessidade de se re-construir a imagem do país e de se promover uma nova, que desse aos membros da nação (e muito particularmente a uma classe em ascensão, a burguesia, e a um partido político, os Whigs) a auto-confiança necessária à sua tomada de poder.




Foi um momento por que Portugal não passou, a não ser muito mais tarde, e de forma muito mais diluída. E, enquanto país constituído politicamente há muitos séculos, não precisamos, aparentemente, de nos auto-afirmarmos como ‘Nação’. O mesmo se passará em relação ao século seguinte, onde também não assistimos, em Portugal, nem a uma revolução industrial e agrária de tão grande impacto como a que se deu em Inglaterra, nem ao fenómeno, de meados de séc. XIX em diante, da urbanização do país, que Mayhew, Mastermann, Booth e Engels estudaram fascinadamente. Mais uma vez, foram processos que só nos afectaram tangencialmente, não existindo, por isso mesmo, o impulso necessário a ir saber o que se passava, no concreto, pelo país.ⁱⁱ

Igualmente nos anos 30 deste século, a Grande Depressão que Orwell e Priestley descreveram e cujas consequências denunciaram achou-nos em pleno Estado Novo, que sabia muito bem o que o país deveria ser e portanto não encorajava investigações independentes e potencialmente ‘subversivas’ sobre as condições de vida no Portugal da época, nem permitia imagens que se desviassem da que era deliberadamente construída e propagandeada pelo salazarismo.

Concluindo, a nossa literatura de viagens surge predominantemente na época dos Descobrimentos e, nos séculos seguintes, alguma se encontra ainda enquanto se exploraram os continentes e se consolidou o Império. Esta literatura de viagens é, por assim dizer, centrípeta, só indirectamente, e por oposição aos que criamos como Outros, nos dizendo algo sobre nós próprios.ⁱⁱⁱ


E é curioso também que a única obra que imediatamente é lembrada neste contexto seja *Viagens na Minha Terra*. Por alguma razão seria na época de Garrett que foi escrito o que poderia ter sido o modelo original e constitutivo de uma tradição equivalente à da ‘Condition of England’ – mas que o não é.



Segundo Eduardo Lourenço, é com a geração de Garrett e Herculano que pela primeira vez a nossa cultura vai reflectir sobre si mesma, tentando encontrar um meio termo ideal, ainda de acordo com o crítico, entre ‘uma cultura de intenção universal’ e o enraizamento ‘numa tradição nacional específica’ (LOURENÇO, 1994: 29). A primeira geração romântica efectuou sem dúvida essa ‘invenção da tradição’ (HOBSBAWM, 1983) em relação à cultura portuguesa, num momento crucial da criação do conceito de nação e da fundação e constituição das nações modernas. Mas as ficções da nacionalidade que Herculano produziu nos seus romances históricos são, genologicamente falando, isso mesmo – ficções. Isto é, Herculano recorreu à forma ficcional e romanesca para criar e representar os mitos de origem nacionais.

E *Viagens na Minha Terra*, mesmo afirmando-se inicialmente como texto não-ficcional de literatura de viagens, acaba por secundarizar o percurso concreto e a observação empírica do narrador no seu trajecto de Lisboa a Santarém e privilegiar antes temas e motivos de carácter digressivo, metafórico ou simbólico sobre o percurso político-social que o país então tomava e que tanto desagradava a Garrett. Assim o reconhecem críticos como Maria Alzira Seixo que, a meu ver correctamente, afirma que *Viagens na Minha Terra* não é ‘primacialmente’ literatura de viagens (SEIXO, 1998: 29).

Ou seja, nos termos aqui em causa, *Viagens na Minha Terra* só superficialmente preenche as condições necessárias à sua inclusão no género e só aparentemente se constitui como modelo português equivalente ao da tradição inglesa já referida. Constitui-se, sim, como modelo do que, com poucas excepções, viria a ser até hoje o paradigma dominante da nossa auto-reflexão, no seu afastamento do concreto e do empírico e na sua ênfase no ficcional, no abstracto, no simbólico ou no mítico. Não por




acaso virá Saramago dizer de Garrett que ele é ‘o mestre de todos nós [viajantes pelo país]’ (SARAMAGO, 1994: 16).

O mesmo se passará, mais tarde, com a geração de Antero e Eça, no seu impulso reformista de identificar, dissecar e denunciar os sinais do ‘atraso’ de Portugal face à Europa. Seja na poesia, no ensaio filosófico, na conferência pública, no panfleto político ou, mais uma vez, na forma romanesca, a Geração de 70 debateu a questão nacional sem recorrer ao género da literatura de viagens para retratar a realidade sua contemporânea.

Tenho de fazer aqui uma excepção: Ramalho Ortigão, em muitos dos seus artigos de *As Farpas*, poderia ter sido a excepção que confirma a regra. No relato das suas viagens pelo Minho e pelas Beiras, na sua descrição minuciosa da vivência quotidiana da população portuguesa, no seu olhar perspicaz e finamente escrutinador da superfície do real, Ortigão poderia ter sido exemplo fundador de uma tradição do género. Mas foi modelo não aproveitado ou potencializado até ao presente, continuando, ele como o género, a ser menorizado em termos críticos e de história literária.^{iv}

O nosso século inicia-se, literariamente, com o Modernismo e, no contexto aqui em causa, com a extensa atenção à questão da auto-gnose que Fernando Pessoa melhor do que ninguém protagonizou. Não valerá a pena insistir no ponto que aqui se argumenta, uma vez que são sobejamente conhecidos os objectivos mitificadores de Pessoa e a sua discussão filosófica e política – mas sempre abstracta – do problema da identidade nacional, que o poeta pretendia revigorar e re-encaminhar.

E durante o salazarismo, como também já foi dito, qualquer forma de investigação concreta sobre a realidade portuguesa foi activamente desencorajada, sendo antes promovida a contemplação mítica do passado e do destino futuro do país, enquanto, no presente, se fazia passar a noção de estabilidade e continuidade de um




Portugal essencial e a-temporal, primordial e imutável. Se já se sabia o que Portugal tinha sido, era e viria a ser, para quê ir ver?

E assim chegamos, depois desta perspectiva histórico-literária que necessariamente teve de ser muito sintética, à época a que este estudo se deveria prioritariamente referir, ou seja, ao pós-25 de Abril, momento em que a abertura do país ao exterior com a nossa adesão à União Europeia e a inserção inevitável num processo mais vasto de globalização económica e cultural nos coloca renovadamente, e em moldes inéditos, a questão da identidade nacional.

Por todas estas razões, deveria a nossa época apresentar-se como particularmente propícia à investigação concreta sobre o estado do país. Mais uma vez tomando como termo de comparação a cultura inglesa, verifica-se que a Inglaterra contemporânea continua a ser objecto de inúmeros textos que relatam uma viagem pelo país, muitos dos quais re-visitam ao mesmo tempo os locais mais significativos do imaginário britânico e toda a tradição de escrita que simbolicamente os configurou.^v

No entanto, no nosso caso, tal não acontece. De todas as obras que este estudo isolou e reuniu como potenciais relatos sobre a situação do país nas últimas décadas, muito poucas passam para além das imagens mais convencionais e convencionadas de um Portugal feito de monumentos, paisagens bucólicas, tradições seculares ou vestígios do passado – enfim, o Portugal pitoresco, folclórico, histórico ou literário que resulta da exclusão e rejeição de tudo o resto que é literalmente visível na superfície do real.^{vi}

Concluamos, portanto que hoje em dia, e apesar do carácter público e mediático do debate sobre a identidade nacional, a muitos níveis o país continua *invisível* – logo, *illegível*, excepto segundo códigos de leitura e paradigmas conceptuais antiquados e desfasados quer da realidade concreta que supostamente é retratada, quer das



reformulações teóricas que têm vindo a questionar tais formas de discurso identitário. O que era verdade em 1948 quando Nemésio o afirmou e consta da epígrafe deste trabalho, é ainda verdade no Portugal do final do milénio.

Se são já, por um lado, muito poucos os textos que, estritamente falando, obedecem às regras mínimas exigidas pelo género da literatura de viagens, menos são ainda os que, no decurso dessa viagem, se dão ao trabalho de re-descobrir o país que (passe o coloquialismo) têm à frente dos olhos.

Mas falemos em dois textos concretos, que são, a muitos níveis, casos exemplares das formas de auto-representação que a nossa cultura utiliza. Começemos pela obra de José Saramago, *Viagem a Portugal*.

Saramago viaja de Norte a Sul do país. Mas, apesar da intenção explícita de efectuar uma viagem literal pelo país, baseada na observação concreta da sua existência material, o que se passa em *Viagem a Portugal* é fundamentalmente ainda um processo de construção identitária que *não parte* dessa observação concreta, antes nela encontra o significante de significados anteriores e pré-convencionados de portugalidade. Aí se confirma e se re-institui uma determinada imagem do país, excluindo-se tudo o que nela não cabe e deliberadamente desviando-se o olhar daquilo que a poderia pôr em causa.

Apesar de correr Portugal de lés a lés, de iniciar o percurso em Miranda do Douro e de o terminar em Sagres, o país que aqui nos surge na obra de Saramago é, antes de mais, o Portugal rural que desde há muito se elegeu como o ‘verdadeiro’ Portugal, aquele que resiste a influências exteriores (estrangeiras), que o Estado Novo deliberada e explicitamente promoveu como símbolo do melhor do que é ser português e que permanece, ainda hoje, para muitos, como o suprasumo da portugalidade.




É certo que o autor passa por cidades – Lisboa, Porto, Coimbra, etc.. Mas o que delas retém não são as manifestações da vida urbana do presente, mas o Portugal do passado – ou melhor, aquele que, no passado, nos quiseram fazer crer que, sendo imutável, melhor transmitia o carácter original e permanente da ‘alma do povo’.

Mais do que viagem pelo Portugal dos anos 90, é esta uma viagem a um Portugal histórico e primordial, concretizado nos vestígios arquitectónicos do passado ou nas intemporais e sublimes paisagens desse ‘ermo primitivo’ que faz o narrador remontar às origens pré-históricas da nação. Temos, assim, um Portugal que, em vez de dinâmico, é estático, em vez de estar em construção, é intocado ou se encontra já definitivamente construído (no sentido literal e metafórico do termo) e cuja abertura a influências exteriores só é permitida se estas já tiverem sido ‘naturalizadas’ pela passagem do tempo. Os hibridismos contemporâneos (os estilos afrancesados das casas de emigrantes, a música rock que berra nos cafés, os sinos electrónicos que agora ecoam nos adros das igrejas) são vistos como ecletismos lamentáveis, e convenientemente evitados, na medida do possível, pelo itinerário escolhido pelo viajante.

Eliminado também desta visão é, estranhamente (sobretudo tendo em conta o perfil político do autor), o mundo do trabalho. Com efeito, o povo trabalhador, ou melhor, *a trabalhar*, está ausente do texto, como se as marcas do trabalho do passado tivessem uma visibilidade maior do que as que constroem e transformam o Portugal do presente.

Pergunta o narrador a certa altura da obra:

Que gente viveu dentro deste castelo? Que homens e que mulheres suportaram o peso das muralhas, que palavras foram gritadas de uma torre a outra torre, que outras murmuradas nestes degraus ou à boca da cisterna? [...] Aqui humilde gente segurou, com os braços e o peito sangrando, as pedras assaltadas. O viajante quer entender razões e encontra perguntas: por que foi?, para que foi?,



terá sido apenas para que eu, viajante, aqui estivesse hoje? Têm as coisas esse tão pouco sentido?, ou será esse o único sentido que as coisas podem ter? (SARAMAGO, 1994: 137)

Curiosamente, as perguntas estão certas, e uma tentativa de resposta a elas daria, forçosamente, uma outra imagem do país. Mas dirige-as Saramago ao interlocutor errado: o passado não pode já responder. O presente talvez pudesse.

Falemos brevemente de outro texto que, aparentemente, poderia surgir como pertencendo ao género aqui em causa: Jorge Barros, coord., *Um Olhar Português*. A obra é uma colectânea de textos reunida à volta de um projecto em que se pedia a treze autores o ‘seu olhar sobre o país que somos’. O resultado final de algum modo confirma o argumento desenvolvidos neste trabalho: dos treze autores em causa, apenas seis entenderam esse ‘olhar’ no sentido literal do termo, isto é, só meia-dúzia produziu um texto não-ficcional como resposta ao pedido feito.^{vii}

Parece, portanto, que quando se pede a um autor português que medite sobre o país contemporâneo e dele faça uma representação escrita, é a forma ficcional (e dentro desta, nalguns casos até os géneros narrativos que mais afastados estão do Realismo) que em muitos casos lhe parece a mais apropriada para veicular os seus significados sobre o país.

É verdade que alguns destes textos se atrevem a enfrentar as mudanças – e as novas construções identitárias – do Portugal contemporâneo. Mas se por um lado o fazem, por outro é inegável que, na esmagadora maioria, a essa constatação da mudança se associa um olhar nostálgico sobre o Portugal que foi, mas já não é. Predominantemente se significa assim Portugal como país que muda para pior, cuja cultura nacional se deteriora e se adultera, e onde se assumem identidades sem raízes ou




tradições e modos de estar que nos são estranhos, estragando-se ou descurando-se o que é ‘verdadeiramente’ português.

Apenas dois textos desta colectânea enfrentam estas questões com a consciência da sua complexidade e com o espírito de abertura devido: o de Regina Louro, “Uma corrente de prata em terra de arrecadas” (uma interessante história de emigração, de territorializações e desterritorializações) e o de Lídia Jorge, “Iniciação” (sobre o Algarve do passado e do presente).

Infelizmente, não terei tempo de aqui lhes dar o destaque que merecem, na sua recusa de fecharem o país sobre si mesmo, de se limitarem a um olhar para dentro que evita o que vem de fora, e de reproduzirem os estereótipos de um patriotismo misantropo e ensimesmado que entende a homogeneidade como unidade nacional e o mito do Portugal ileso e intocado como a essência mesma da portugalidade. Recomendo que deles se faça uma leitura atenta, pelo que efectuam de novo e de diferente em relação à generalidade deprimente dos retratos do Portugal contemporâneo e sobretudo pelo que representam de um potencial que (espero) comece agora a ser aproveitado e explorado.

Concluindo rapidamente: o Portugal dos nossos dias continua, a muitos níveis, a ser um mistério, mesmo para os que se reclamam de sobre ele exercer um olhar escrutinador. ‘Mistério’ não na acepção em que críticos como António Quadros empregam o termo, nesse sentido essencialista e mitificante que entende a nação como mais do que a soma das partes, como entidade cujo significado transcendente se situa para além da possibilidade da explicação humana – mas apenas na medida em que, literalmente, nos recusamos a olhá-lo com olhos de ver, preferindo a contemplação do Portugal abstracto à investigação sobre o Portugal concreto.




Será isto fruto dessa ‘hiperidentidade’ que refere Eduardo Lourenço, esse ‘excesso mítico’ de que sofremos enquanto país? Ou virá isso do ‘vazio’, a ‘falta de conteúdo’ da cultura portuguesa que, como sugere Boaventura de Sousa Santos, decorre da nossa condição de ‘cultura de fronteira’?

Como se argumentou aqui, há vazios, ausências e invisibilidades que estão (passe o paradoxo) presentes ainda no modo como nos auto-identificamos como país. Um deles, porventura o mais importante que este estudo encontrou, foi o déficit de nos olharmos a *nós mesmos como Outros*, ou seja, a incapacidade de nos vermos como *objectos* – objectos de observação, antes de mais, e depois como objectos de análise. Esse vazio da nossa cultura é, com efeito, o que advém de nos assumirmos sempre e só como *sujeitos* – sujeitos do mito, do destino, da glória e da desgraça, mas quase nunca nos vermos com a distância crítica que nos revele como objectos de uma vivência histórica e empírica, que tem de ser conhecida antes de ser interpretada e descrita antes de ser extrapolada.

Concebendo-nos prioritariamente como sujeitos, inevitavelmente estaremos presos a uma ontologia que se limitará a reproduzir estereótipos ou a efectuar a substituição de uns por outros, a oscilar entre a euforia glorificadora e o miserabilismo destruidor e incapacitante, repetindo-se o ciclo e o círculo fechado que nos situará sempre fora da História em que vivemos.

Que outros povos e culturas foram, ao longo dos tempos, construindo formas de auto-representação que, relevando de um espírito de investigação empírica, lhe trouxeram a possibilidade de se desdobrarem estrategicamente em sujeitos e objectos de si mesmos, é inegável. Urge que a nossa cultura, quer em termos teóricos quer literários,



dedique a si mesma essa visão de dentro que também seja de fora, revelando-nos ao mesmo tempo como sujeitos da História e como objectos do nosso próprio olhar.

Referências Bibliográficas

Almeida, Fialho de (1903), *À Esquina (Jornal dum Vagabundo)*. Coimbra: F. França Amado, Editor.

----- (1910,) *Barbear, Pentear. (Jornal dum Vagabundo)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Barros, Jorge (org.) (1991), *Um Olhar Português*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Campos, Fernando (1989), *Portugal*. Lisboa: Difel.

Cardoso, Miguel Esteves (1986), *A Causa das Coisas*. Lisboa: Assírio e Alvim.

----- (1990), *As minhas Aventuras na República Portuguesa*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Chesshyre, Robert (1988), *The Return of a Native Reporter*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd.

Falcão, Ana Maria et al. (1997), *Literatura de Viagens. Narrativa, História, Mito*. Lisboa: Edições Cosmos.

Garrett, Almeida (1993), *Viagens na minha Terra*. Lisboa: Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses. [1846]

Hobsbawm, Eric e Terence Ranger (1983), *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.


Lourenço, Eduardo (1994), *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Mattoso, José (1989), *Portugal*. Lisboa: Quertzal Editores.

Mónica, Filomena (1996), *Turista à Força*. Lisboa: Quertzal Editores.

----- (1999), *Cenas da Vida Portuguesa*. Lisboa: Quertzal Editores.

Nemésio, Vitorino (1998), *Viagens ao pé da porta*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda.



Ortigão, Ramalho (1986), *As Farpas*. Lisboa: Clássica Editora. [1877]

Quadros, António (1986), *Portugal. Razão e Mistério*. Lisboa: Guimarães Editores.

Raban, Jonathan (1986), *Coasting*. London: Picador.

Saraiva, José Hermano (1991), *Portugal. Quatro Estações*. Lisboa: Instituto de Promoção Turística.

----- (1996), *Portugal visto do Céu*. Lisboa: Banco do Comércio e Indústria AS.

Saramago, José (1994), *Viagem a Portugal*. Lisboa: Caminho.

Seixo, Maria Alzira (1997), *Literatura de Viagem. Narrativa, História, Mito*. Lisboa: Edições Cosmo.

----- (1998), *Poéticas da Viagem na Literatura*. Lisboa: Edições Cosmos.

Wright, Patrick (1993), *A Journey through Ruins*. London: Flamingo.

ⁱ Por razões óbvias, não incluo aqui obras de carácter jornalístico ou ensaístico que reflectam em termos gerais e abstractos sobre o Portugal dos nossos dias, uma vez que o não fazem a partir de um percurso concreto que o texto de literatura de viagens necessariamente executa e especificamente refere. Assim, obras como as de Miguel Esteves Cardoso, *A Causa das Coisas* e *As Minhas Aventuras na República Portuguesa*, ou mesmo as de Filomena Mónica, *Cenas da Vida Portuguesa* e *Turista à Força*, não terão também, à partida, lugar no género aqui em causa.

ⁱⁱ Basta lembra que Eça de Queirós, quando precisou do oposto das *Serras*, teve que recorrer a Paris, porque nem Lisboa lhe servia como antítese de Tormes.

ⁱⁱⁱ É significativo que os estudos que recentemente têm vindo a ser publicados sobre o género (refiro-me a obras como a de Maria Alzira Seixo, *Poéticas da Viagem na Literatura* e *Literatura de Viagem. Narrativa, História e Mito*), que denotam um claro interesse por esta forma de algum modo esquecida ou menorizada da nossa literatura, não incluam qualquer análise da literatura de viagens sobre o próprio país.

^{iv} Acrescento também o nome de Fialho de Almeida, que, em alguns dos textos que sub-intitulou “Viagens de um Vagabundo”, também poderia aqui ser incluído.

^v Penso em textos como os de Robert Chesshyre, *The Return of a Native Reporter*, ou o de Patrick Wright, *A Journey through Ruins*, ou ainda o de Jonathan Raban, *Coasting*, que indubitavelmente se situam na linha da tradição anterior do género.

^{vi} Neste grupo incluo as obras de José Hermano Saraiva, *Portugal, Quatro Estações* e *Portugal Visto do Céu*, a de José Mattoso, *Portugal*, a de Fernando Campos, *Portugal* e tantas outras que, na sua suposta referencialidade a uma entidade com existência material e concretano, acabam no fundo por se referirem ao ‘Portugal’ pré-determinado e pré-estabelecido da convenção, do estereótipo ou do mito.



^{vii} São eles o de Regina Louro, o de Mário Cláudio, o de Fernando Assis Pacheco, o de José Cardoso Pires, o de Mário Ventura e o de Lúcia Jorge. Dos restantes, o de Francisco José Viegas e o de José Vale Moutinho são contos históricos; o de Fernando Dacosta pertence ao género da ficção fantástica ou, quando muito, ao realismo mágico; o de Eugénio de Andrade combina poesia e memórias de infância; o de Hélia Correia, bem como o de Al Berto, são também contos de natureza ‘poética’ ou ‘lítica’; e finalmente, o de João de Melo, contado embora por um ‘eu’ supostamente autobiográfico, revela-se, ainda, como texto ficcional.